

Brasil e FMI ainda sem um acordo sobre missão

SAN JOSÉ, Costa Rica — O governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional — FMI — ainda não conseguiram chegar a um entendimento sobre a ida ao Brasil de uma missão de consultas do organismo, entre junho e julho, para obter dados macroeconômicos e informações sobre o Programa de Estabilização da Economia.

De acordo com o estatuto do FMI, os países-membros ficam obrigados a receber anualmente uma missão de consultas. O problema é que as autoridades brasileiras, após romper negociações com a instituição e dispensar seus empréstimos, garantiram que “nunca mais” uma missão do FMI poria os pés no País.

O FMI entendeu que as autoridades econômicas estavam querendo dizer que o Brasil, não precisando mais dos seus recursos, em consequência não aceitaria a imposição de suas políticas ortodoxas para combater à inflação, controle do déficit público e redução de subsídios.

No entanto, o FMI acha que as autoridades brasileiras foram “um pouco fortes”, a tal ponto que permanece, agora, o problema político. Será difícil explicar à sociedade brasileira a presença, no País, de uma missão do FMI, mesmo que seja apenas com o objetivo de consultas e não de negociação. Por outro lado, o FMI garante que não abre mão de sua

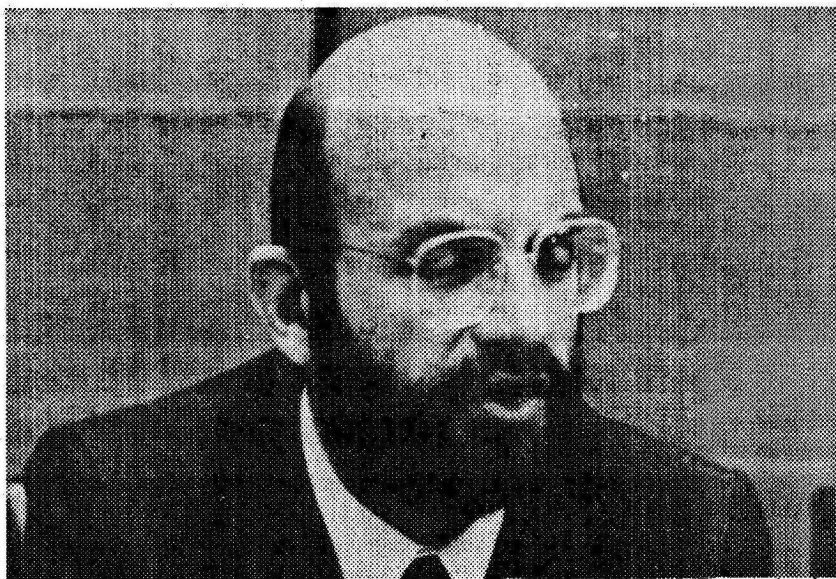
prerrogativa. Quer fazer, como em todos os países-membros, uma avaliação da economia brasileira para o board da instituição.

Plano de estabilização

Ao deflagrar o Programa de Estabilização da Economia, o governo brasileiro enviou ao FMI uma descrição de todas as medidas adotadas. Ao limitar-se a isso, aparentemente reforçou seu antagonismo à burocracia daquela instituição multilateral. A posição do FMI é de que, mesmo não havendo negociação, o Brasil poderia acertar logo a ida da missão de consultas. Essa missão faria um relatório à diretoria do Fundo que, então, se posicionaria formalmente sobre o plano brasileiro de estabilização.

O Fundo Monetário, por outro lado, admite conceder um novo “sinal verde” ao Brasil, para fechar a negociação com o Clube de Paris. O primeiro sinal foi dado em janeiro, aos bancos credores, para o acerto da negociação envolvendo a dívida vencida no ano passado. A posição do governo brasileiro é de que, tal como fez na negociação com os bancos, evidentemente não fará acordo com o FMI como pré-condição para refinarçar a dívida no Clube de Paris.

O FMI espera, ainda, que este ano o Brasil comece a pagar a dívida junto à instituição. (A.M.).



“Não é possível mandar 4% do PIB para o Exterior”

Arquivo